

Moraes questiona destino de parte do fundo da “lava jato”

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, quer saber se parte do dinheiro discutido no acordo do fundo da "lava jato" teve destinação diferente do previsto. O pedido de informações consta de ofício assinado nesta terça-feira (4/2) e endereçado ao juiz Luiz Antonio Bonat, titular da 13ª Vara Federal de Curitiba.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Ministro pede à 13ª Vara de Curitiba informações sobre Rosinei Coutinho/SCO/STF

O acordo [firmado](#) para destinar R\$ 1 bilhão para os incêndios florestais da Amazônia e R\$ 1,6 bilhão para a educação foi [homologado pelo ministro](#) em setembro.

O dinheiro provém de acordo assinado entre a Petrobras e os procuradores da "lava jato". Originalmente, foi prevista a criação de um [fundo](#) a ser administrado pelo Ministério Público Federal para investir genericamente em "projetos de combate à corrupção". O acordo gerou o montante de R\$ 2,6 bilhões, que seria depositado na conta da 13ª Vara Federal de Curitiba.

A **ConJur** mostrou que esse primeiro foi previsto em [acordo com acionistas nos Estados Unidos](#). No entanto, em [petição](#) enviada ao STF, a companhia afirmou que a criação [não foi informada aos acionistas](#) da empresa nem ao seu conselho fiscal.

Esse primeiro fundo bilionário foi então [suspense](#) pelo ministro, que entendeu ser "medida precária implementada por órgão incompetente". "Os propósitos externados no Acordo de Assunção de Compromissos, em princípio, exorbitaram das atribuições que a Constituição Federal delimitou para os membros do Ministério Público, que certamente não alcançam a fixação sobre destinação de receita pública, a encargo do Congresso Nacional", afirmou.

Depois dessa suspensão, foram então firmados os acordos que endereçaram os recursos ao combate a incêndios na Amazônia e à educação.

ADPF 568

Date Created



05/02/2020